

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

CAPÍTULO I DOCTRINA GERAL SOBRE O SISTEMA

	Vol. - Pág.
1. Algumas considerações sobre neutralidade e não-discriminação em matéria de tributação	
ANDRÉ ELALI	I – 25
2. Tributação e desenvolvimento	
ANTONIO CARLOS NOGUEIRA REIS	I – 39
3. Princípios de direito administrativo tributário	
AURÉLIO PITANGA SEIXAS FILHO	I – 61
4. Princípio da territorialidade das leis e guerra fiscal entre os Estados	
CARLOS DE OLIVEIRA VIANNA	I – 77
5. Ato cooperativo e tributação	
CARLOS VALDER DO NASCIMENTO	I – 99
6. O Estado Democrático de Direito. Tipicidade tributária. Conceitos indeterminados e segurança jurídica	
ELCIO FONSECA REIS	I – 125
7. Ônus, dever e obrigação	
EROS ROBERTO GRAU	I – 139
8. O uso da analogia e da interpretação extensiva no Direito Tributário	
GUSTAVO G. DE OLIVEIRA.....	I – 161

9. A supremacia constitucional como garantia do contribuinte	
HUGO DE BRITO MACHADO	I – 185
10. A evolução do sistema tributário no Brasil	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	I – 215
11. Inteligência do art. 40 do ADCT – Impossibilidade de criação de restrições aos incentivos constitucionalizados em 1988	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	I – 229
12. Aproximação dos sistemas tributários	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	I – 243
13. Fatos geradores confrontantes	
JOSÉ NABANTINO RAMOS	I – 265
14. Hermenêutica histórica no direito tributário	
JOSÉ SOUTO MAIOR BORGES	I – 283
15. Operações de crédito por antecipação de receitas	
KIYOSHI HARADA	I – 297
16. Isenção, alíquota zero e o princípio da não-cumulatividade	
LEANDRO MORAIS GROFF	I – 307
17. Confisco e limites das sanções tributárias: aspectos constitucionais	
LIDIA MARIA LOPES RODRIGUES RIBAS E GÉRSO MARDINE FRAULOB	I – 325
18. Da repercussão econômica e da repercussão jurídica nos tributos	
LUIZ AMARAL	I – 341
19. Realidade fiscal e distributividade de riquezas à luz da Teoria Rawlsiana	
MARIA ANGÉLICA DOS SANTOS	I – 353

	Vol. - Pág.
20. Competência tributária	
MARISTELA MIGLIOLI SABBAG	I – 367
21. Fontes do direito tributário	
MAURÍCIO COUTINHO DE ALMEIDA	I – 397
22. Inconstitucionalidade de lei tributária	
RAUL R. LOUREIRO	I – 425
23. Receitas públicas tributárias	
REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA	I – 431
24. O princípio da irretroatividade tributária	
RICARDO LODI RIBEIRO	I – 459
25. Panorama do Direito Tributário brasileiro e as elaborações germânicas	
RUY BARBOSA NOGUEIRA	I – 485
26. Problemática do Direito Tributário no Brasil	
RUY BARBOSA NOGUEIRA	I – 493
27. 1. Poder tributário. 2. Conceito de Direito Tributário. 3. Autonomia. 4. Relações com outros ramos do Direito	
RUY BARBOSA NOGUEIRA	I – 507
28. Parafiscalidade: natureza jurídica e posição na classificação dos tributos	
VITTORIO CASSONE	I – 521
29. Fontes do Direito Tributário	
WAGNER BALERA	I – 527
30. Teorias retóricas na obra de Paulo de Barros Carvalho – Uma introdução ao tema	
WERNER NABIÇA COELHO	I – 541
31. Extinção do crédito tributário – Dação em pagamento	
YOSHIKI ICHIHARA	I – 553

CAPÍTULO II
PRINCÍPIOS GERAIS
A) ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS

32. A classificação das espécies tributárias no ordenamento jurídico brasileiro
 GUILHERME SOARES DINIZ I – 565
33. Impostos de lançamento direto ou de ofício – Condição “sine qua non” do aviso de lançamento para sua oponibilidade ao contribuinte
 RUY BARBOSA NOGUEIRA I – 637
34. Impostos diretos (IPTU, ISS, ITBI, IR e IOF) impostos indiretos (IPI, ICMS, IE e II)
 RUY BARBOSA NOGUEIRA I – 647
35. Classificação dos tipos tributários
 WERNER NABIÇA COELHO I – 669

CAPÍTULO II
PRINCÍPIOS GERAIS
B) LEI COMPLEMENTAR

36. Segurança jurídica e a questão da hierarquia da lei complementar
 HUGO DE BRITO MACHADO I – 679
37. A função da lei complementar tributária – Legalidade do Dec. 3.070/1999 e da IN SRF 60/1999 – Possibilidade de adoção de imposto fixo no Direito Tributário brasileiro
 IVES GANDRA DA SILVA MARTINS I – 697
38. Lei complementar
 MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES I – 727
39. Considerações acerca da lei complementar em matéria tributária
 REINALDO PIZOLIO JR. I – 749

CAPÍTULO II
PRINCÍPIOS GERAIS
C) CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

40. Perfis da tutela constitucional da justiça tributária
GASPARE FALSITTA I – 799
41. Progressividade tributária, segurança e justiça fiscal
RICARDO PIRES CALCIOLARI I – 833
42. Função fiscal e extrafiscal dos impostos
RUY BARBOSA NOGUEIRA I – 865

CAPÍTULO III
NORMAS GERAIS
A) DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

43. Decadência, prescrição e prescrição intercorrente em matéria tributária
ALCIDES JORGE COSTA I – 877
44. A prescrição como forma de extinção do crédito tributário destinado à Seguridade Social
DÂMARES FERREIRA I – 893
45. Fazenda Pública: dívida passiva
EDVALDO BRITO I – 915
46. Prescrição e decadência
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS I – 927
47. Parecer sobre hipóteses de lançamento por homologação e lançamento de ofício
JOSÉ SOUTO MAIOR BORGES I – 939
48. A declaração de prescrição *ex officio* na via administrativa
MAREN GUIMARÃES TABORDA I – 973

	Vol. – Pág.
49. Prescrição da pretensão tributária	
RICARDO MARCONDES MARTINS.....	I – 1005
CAPÍTULO III NORMAS GERAIS B) OUTRAS NORMAS	
50. O Projeto Rubens Gomes de Sousa-Osvaldo Aranha	
ALIOMAR DE ANDRADE BALEEIRO	I – 1043
51. Tributo e atividade ilícita	
HUGO DE BRITO MACHADO	I – 1067
52. Princípio da livre iniciativa	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS.....	I – 1091
53. Obrigações acessórias no interesse da fiscalização e da livre concorrência entre empresas	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS.....	I – 1129
54. Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal	
KIYOSHI HARADA	I – 1153
55. Fato gerador presumido	
MARIA RITA FERRAGUT.....	I – 1161
56. A compensação no direito tributário	
OSVALDO ANTONIO DE LIMA.....	I – 1187

VOLUME II

CAPÍTULO I LEGALIDADE

1. Princípios reguladores do controle administrativo da legalidade do lançamento tributário	
AURÉLIO PITANGA SEIXAS FILHO	II – 25

2. Reflexões sobre a segurança jurídica na amplitude do direito tributário brasileiro
EDUARDO MARCIAL FERREIRA JARDIM II – 47
3. O princípio da legalidade no sistema constitucional e no sistema tributário
FRANCISCO DE ASSIS MUNHÓZ II – 71
4. Infração de lei tributária federal não tem conseqüências na esfera estadual e vice-versa
GERALDO ATALIBA II – 123
5. Restrição à atividade econômica por decreto e por instrução normativa. Ilegalidade e inconstitucionalidade. Abuso de direito. Mandado de segurança
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E
CLÁUDIA FONSECA MORATO PAVAN II – 135
6. O princípio da legalidade e o regulamento no Direito Tributário brasileiro
MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES II – 167
7. As fontes do direito tributário
RUY BARBOSA NOGUEIRA II – 187
8. A contribuição de Tullio Ascarelli para a formação da doutrina jurídico-tributária do Brasil
RUY BARBOSA NOGUEIRA II – 195
9. A base de cálculo – Fornecimento de alimentação em restaurantes: venda de mercadoria “versus” prestação de serviço
RUY BARBOSA NOGUEIRA II – 211
10. A imposição e a consideração econômica – Por que a Constituição proíbe a instituição de impostos sobre determinadas entidades?
RUY BARBOSA NOGUEIRA II – 227

11. Hipóteses de incidência, regra-matriz de incidência, base e materialidade
 SYLVIO CÉSAR AFONSO II – 243

CAPÍTULO II ISONOMIA

12. O princípio da isonomia e os privilégios processuais da Fazenda Pública
 ÁLVARO MELO FILHO II – 255
13. Analogia e isonomia no direito tributário
 ANDREI PITTEN VELLOSO II – 279
14. A teoria da igualdade tributária e o controle de proporcionalidade das desigualdades de tratamento
 ANDREI PITTEN VELLOSO II – 301
15. Princípio da isonomia e da não recepção no regime constitucional das contribuições especiais
 IVES GANDRA DA SILVA MARTINS II – 345
16. O princípio da isonomia em matéria tributária
 IVES GANDRA DA SILVA MARTINS II – 367
17. O Simples e o princípio da isonomia
 MARCELO HARGER II – 397
18. Contribuição social sobre o lucro – Majorações de alíquota para instituições financeiras – Violação da isonomia tributária
 MARISTELA MIGLIOLI SABBAG II – 405

CAPÍTULO III IMUNIDADES

19. A imunidade tributária do art. 150, VI, *d*, da CF/1988 e os meios eletrônicos
 ALEXANDRE DE OLIVEIRA NETTO II – 425

Vol. - Pág.

20. Da viabilidade legal de incorporação de uma fundação por outra e seus efeitos fiscais
ARNOLDO WALD II – 447
21. A natureza jurídica das imunidades tributárias
CARLOS ALBERTO DE MORAES RAMOS FILHO II – 461
22. Alcance da imunidade prevista no art. 155, § 3.º, da CF/1988
CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO II – 475
23. Imunidade e isenção no ICMS
CARLOS JOSÉ WANDERLEY DE MESQUITA II – 501
24. Imunidade tributária do livro
EDUARDO VIEIRA MANSO II – 531
25. Imunidade tributária e verba de representação – Entidades filantrópicas
GERALDO ATALIBA II – 541
26. Não incidência, imunidades e isenções do ICMS
HUGO DE BRITO MACHADO II – 547
27. Entidade sem fins lucrativos com finalidades culturais e filantrópicas
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS II – 585
28. Imunidades condicionadas e incondicionadas
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS II – 611
29. Imunidade das entidades fechadas de previdência privada à luz de decisões da Suprema Corte
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS II – 633
30. Impostos e instituições beneficentes – Imunidades genéricas e seus fundamentos
LIZ COLI CABRAL NOGUEIRA II – 649

31. **Sociedades civis de finalidades não lucrativas – Imunidade e isenção de impostos**
LUIZ DE PAULA II – 659
32. **A imunidade das operações com petróleo e seus derivados**
MISABEL ABREU MACHADO DERZI E SACHA
CALMON NAVARRO COÊLHO II – 677
33. **Imunidade das entidades fechadas de previdência privada**
NELSON JOBIM..... II – 715
34. **A imunidade tributária dos templos de qualquer culto**
OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO II – 725
35. **Da imunidade das instituições de educação e de assistência social a impôsto de renda**
PONTES DE MIRANDA II – 741
36. **Notas a propósito das imunidades tributárias**
ROBERTO WAGNER LIMA NOGUEIRA II – 755
37. **Imunidade e isenção para instituições de educação**
ROGÉRIO VIDAL GANDRA DA SILVA MARTINS II – 771
38. **Livro eletrônico e imunidade tributária**
TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR II – 785
39. **Não-incidência, imunidade e isenção**
WALTER BARBOSA CORRÊA II – 795

CAPÍTULO IV OUTRAS LIMITAÇÕES

40. **A irretroatividade da norma tributária e o fato gerador do imposto de renda**
ADRIANO MONTE PESSOA II – 825

	Vol. - Pág.
41. Estatuto do contribuinte	
AGOSTINHO TOFFOLI TAVOLARO.....	II – 867
42. Eficácia e alcance da capacidade contributiva	
ARGOS GREGORIO.....	II – 893
43. Incentivos fiscais – Zona Franca de Manaus – Parecer	
CELSO RIBEIRO BASTOS.....	II – 921
44. Os princípios da anterioridade e da irretroatividade das leis tributárias e a publicação da lei	
HUGO DE BRITO MACHADO.....	II – 945
45. Isenção tributária – Critérios legais permitidos para a interpretação das isenções em face da Lei Maior e da lei complementar	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS.....	II – 953
46. O princípio da moralidade pública e o fato gerador do imposto sobre a renda	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS.....	II – 975
47. Fundação de direito privado que atua no campo da divulgação de informações e comunicação social	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES.....	II – 989
48. Os direitos fundamentais do contribuinte	
JOSÉ AUGUSTO DELGADO.....	II – 1011
49. Limites constitucionais e infraconstitucionais da coisa julgada tributária (contribuição social sobre o lucro)	
JOSÉ SOUTO MAIOR BORGES.....	II – 1069
50. Irretroatividade da lei	
LEON FREJDA SZKLAROWSKY.....	II – 1101
51. O princípio base da capacidade contributiva e a sua aplicação diante de uma pluralidade de tributos	
RODRIGO FONSECA ALVES DE ANDRADE.....	II – 1115

Vol. – Pág.

52. Burocratização fiscal das atividades produtoras	
RUY BARBOSA NOGUEIRA	II – 1139
53. Sistema constitucional tributário e as limitações ao poder de tributar	
SYLVIO CÉSAR AFONSO	II – 1149
54. Inexigibilidade de multas tributárias do contribuinte na sua falência	
VINÍCIUS JOSE MARQUES GONTIJO	II – 1189
55. Conflito intermunicipal de competência tributária	
WILSON LUIZ BONALUME	II – 1207

VOLUME III

CAPÍTULO I COMÉRCIO EXTERIOR

1. O Mercosul e o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA); uma proposta para ajustes na tributação do consumo no Brasil	
ANTONIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL	III – 25
2. Imposto de importação – Abusividade da elevação da sua alíquota (inconstitucionalidade do Decreto 1.427/1995)	
ANDRÉ L. BORGES NETTO	III – 37
3. Tributação das exportações no Mercosul	
FABIO ARTIGAS GRILLO	III – 51
4. Aspectos tributários da importação mediante <i>leasing</i>	
GABRIEL HERNAN FACAL VILLARREAL E LUÍS RODOLFO CRUZ E CREUZ	III – 85
5. Imposto de importação. Malte de cevada e lúpulo em flor seco para fabricação de bebidas alcoólicas na Zona Franca de Manaus	
JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO	III – 113

	Vol. - Pág.
6. Evasão de divisas ou crime tributário?	
JOSÉ CLÁUDIO MARQUES BARBOZA JR	III – 121
7. Dos aspectos tributários das operações mercantis internacionais	
PAULO CESAR PIMENTEL RAFFAELLI	III – 127
8. A nova regulamentação das operações com exportação	
SERGIO PRESTA	III – 135
9. A (i)legalidade do exame de preço mínimo na importação	
THALIS RYAN DE ANDRADE	III – 155
10. A descaracterização do crime de descaminho embasado apenas na inexistência de comprovação do recolhimento do imposto de importação	
WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR	III – 181

CAPÍTULO II IMPOSTO DE RENDA

11. Da constitucionalidade do imposto sobre a renda	
ALCANTARA MACHADO, ESTEVAM DE ALMEIDA E CARDOZO DE MELLO NETO	III – 189
12. Imposto de renda – Lei 8.541/1992 – Aplicações financeiras	
ANTONIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL.....	III – 197
13. IR pessoa física – Retrocesso na política tributária e social brasileiras	
ANTONIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL.....	III – 217
14. O imposto de renda como principal tributo da União	
CARLOS ALBERTO LONGO	III – 223
15. Breves considerações sobre a renda	
DENISE ERSE ANDRADE	III – 247

	Vol. - Pág.
16. Imposto de renda	
EDVALDO BRITO	III – 259
17. Imposto sobre a renda	
F. T. DE SOUZA REIS	III – 327
18. Imposto sobre a renda, créditos em conta e sigilo bancário	
GABRIEL HERNAN FACAL VILLARREAL	III – 367
19. Imposto de renda	
GERALDO ATALIBA	III – 383
20. Impôsto de renda incidente sôbre juros remetidos para o exterior	
GERALDO ATALIBA	III – 391
21. Imposto de renda – Contribuição social sobre o lucro	
HENRY TILBERY E ANTONIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL	III – 423
22. Sociedade comercial	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	III – 453
23. A hipótese de imposição do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	III – 465
24. Impossibilidade de exigência de imposto de renda sobre doação em dinheiro – Opinião legal	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	III – 477
25. Indenizações trabalhistas, quaisquer que sejam, não constituem base de cálculo para o imposto sobre a renda	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	III – 493
26. O impôsto de renda e a magistratura	
J. AUGUSTO DE LIMA	III – 509

	Vol. - Pág.
27. Lucro real – Base de cálculo do IRPJ – Dedução de perdas com créditos não recebidos JOÃO LUIZ COELHO DA ROCHA	III – 517
28. Imposto de renda – Pagamento indevido – Repetição do indébito e prazo em que pode ser proposta a ação M. COSTA MANSO	III – 527
29. A compensação de prejuízos face ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro MARCELLO UCHÔA DA VEIGA JUNIOR.....	III – 531
30. O imposto de renda e as marcas de produtos e serviços MARCELO SANCHES	III – 555
31. Imposto sobre a renda – Responsabilidade do sucessor na aquisição de estabelecimento – O art. 133 do CTN MARCO AURELIO GRECO	III – 567
32. IRPJ – Lei 8.383, de 30.12.1991 OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO	III – 609
33. Impôsto sôbre a renda – Imunidades das instituições de educação e de assistência social PONTES DE MIRANDA	III – 627
34. Impôsto de renda – Tributação das pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil e o desconto na fonte sôbre rendimentos aqui auferidos por entidades domiciliadas no exterior RUY BARBOSA NOGUEIRA	III – 641
35. Impôsto de renda e competência residual RUY BARBOSA NOGUEIRA	III – 651
36. Imposto de renda – Autuação e lançamento de pessoa jurídica incluindo, antes do término do ano-base, operações cuja renda terá de ser apurada pelo futuro balanço e demonstração da conta de lucros e perdas RUY BARBOSA NOGUEIRA	III – 665

	Vol. - Pág.
37. Imposto de renda	
RUY BARBOSA NOGUEIRA	III – 673
38. Imposto de renda sobre descontos concedidos por vendedor	
RUY BARBOSA NOGUEIRA	III – 683
39. O fato gerador do imposto de renda das pessoas jurídicas	
SEBASTIÃO ALVES DOS REIS	III – 711
40. Imposto de renda das empresas: pessoas jurídicas imunes e isentas	
SILVANA SARAIVA LABORDA E SILVA	III – 731
41. Imposto de renda – Considerações sôbre as declarações prestadas pelo contribuinte e as decisões administrativas	
TULLIO ASCARELLI	III – 753
42. IR – Sociedades civis de profissão regulamentada	
VITTORIO CASSONE	III – 765
43. A incidência do imposto de renda sobre o pagamento de férias e licença-prêmio em pecúnia	
WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI	III – 771

CAPÍTULO III

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

44. A base de cálculo do IPI e a inconstitucionalidade do Ato Complementar n. 27	
ARNOLDO WALD	III – 779
45. Crédito-prêmio do IPI	
CLÊMERTON MERLIN CLÈVE	III – 783
46. IPI: constitucionalidade do crédito-prêmio	
EDVALDO BRITO	III – 811

Vol. - Pág.

47. Imposto sobre produtos industrializados e sua hipótese de incidência
GERALDO ATALIBA III – 849
48. Efeitos da Resolução 71/2005 do Senado Federal sobre o crédito-prêmio do Dec.-lei 491/1969
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS III – 857
49. Crédito-prêmio IPI
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E PAULO
LUCENA DE MENEZES III – 889
50. O imposto sobre produtos industrializados
P. B. TAVARES PAES III – 925
51. Faturamento antecipado de mercadorias para entrega futura – Incidência do IPI e do ICM – Conceituação do fato gerador dêste – Outras implicações legais
RICARDO MARIZ DE OLIVEIRA III – 933
52. IPI e as vendas de ativo fixo
RUBENS GOMES DE SOUSA III – 951
53. Crédito-prêmio de IPI dos produtos manufaturados destinados à exportação
SÉRGIO PRESTA III – 975

CAPÍTULO IV IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

54. IOF nas operações com títulos públicos e a vedação de analogia com operação de câmbio: o caso dos T-Bills
HELENO TAVEIRA TORRES III – 983
55. IOF complementar: incompatibilidade com a Constituição de 1988
OCTAVIO CAMPOS FISCHER III – 1025

CAPÍTULO V IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

56. Aspectos da tributação fundiária brasileira: história, conceito, competência e capacidade no Imposto Territorial Rural
FRANCYSKO PABLO FEITOSA GONÇALVES III – 1047
57. A cobrança judicial do Imposto Territorial Rural (ITR)
J. E. CARREIRA ALVIM III – 1067
58. Aplicabilidade da extrafiscalidade no Imposto Territorial Rural (ITR)
LUCIANA TOMIKO FUJIMOTO PELEGRINI III – 1073
59. Lançamento e cobrança indevida do ITR pela Secretaria da Receita Federal
LUCIO FLAVIO CAMARGO BASTOS III – 1085

CAPÍTULO VI ASPECTOS GERAIS

60. Títulos da dívida pública emitidos no início do século
ALESSANDRO DIAFERIA III – 1103
61. Ilegalidade da presunção de omissão de receita, baseada em depósito bancário de origem comprovada
ARNOLDO WALD III – 1123
62. *Call centers*
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS III – 1141
63. A correção monetária do balanço e seu reflexo nas obrigações fiscais da empresa
J. E. CARREIRA ALVIM III – 1153
64. A declaração de débitos e créditos tributários federais
JULIO CESAR SANTIAGO DE OLIVEIRA III – 1165

Vol. - Pág.

65. Da compensação de crédito nos autos de ação de repetição de indébito
 MARCELO BORGHI MOREIRA DA SILVA III – 1207
66. Compensação de tributos federais – (Aspectos controvertidos – Elementos para possível solução)
 VITTORIO CASSONE III – 1223

VOLUME IV

CAPÍTULO I IMPOSTO DE TRANSMISSÃO NÃO ONEROSA

1. O imposto sobre transmissão de bens *causa mortis*
 ADRIANA PIRAÍNO IV – 25
2. Base de cálculo dos impostos de transmissão: aspectos controversos
 CÉLIO ARMANDO JANCZESKI IV – 63
3. ITCM, um imposto sobre a morte?
 CELSO DE BARROS CORREIA NETO IV – 75
4. Necessidade de lei complementar para a conformação do imposto de transmissão *causa mortis* e por doação de bens e recursos recebidos do exterior
 IVES GANDRA DA SILVA MARTINS IV – 95
5. Imposto sobre transmissões *causa mortis* e doações
 MARCELLO UCHÔA DA VEIGA JUNIOR..... IV – 113

CAPÍTULO II IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

6. Não-cumulatividade do ICMS
 ANDERSON TRAUTMANN CARDOSO IV – 139

	Vol. - Pág.
7. O crédito financeiro do ICMS	
ANDRÉ LUIZ CARVALHO ESTRELLA	IV – 169
8. O ICMS e os produtos componentes da cesta básica nas unidades da Federação	
ANDRÉ MALTA MARTINS	IV – 199
9. O ICMS e as operações de exportação de produtos industrializados semi-elaborados	
ARNOLDO WALD	IV – 213
10. ICMS – Insumos empregados nos serviços internacionais de transporte aéreo – Manutenção e aproveitamento dos créditos	
AROLDO GOMES DE MATTOS	IV – 233
11. A base de cálculo do ICMS na substituição tributária	
AUGUSTO CARLOS CAVALCANTE MELO	IV – 247
12. ICMS – Responsabilidade fiscal e criminal	
AURÉLIO PITANGA SEIXAS FILHO	IV – 265
13. O aspecto subjetivo do ICMS importação	
BRENO CÔNSOLI	IV – 273
14. Apontamentos teórico-práticos sobre o ICMS e sua cobrança executiva	
CARLOS ALBERTO BITTAR FILHO	IV – 303
15. Considerações sobre a não cumulatividade do ICMS e o estorno de créditos em virtude da inidoneidade da documentação fiscal	
CARLOS EDUARDO CORRÊA CRESPI	IV – 315
16. Majoração do ICMS para fins específicos e a sua correção monetária	
CELSO RIBEIRO BASTOS	IV – 327

Vol. - Pág.

17. A desoneração de ICMS nas exportações e o Protocolo ICMS 30/2005: algumas reflexões
CLÁUDIO DE OLIVEIRA SANTOS COLNAGO IV – 333
18. ICMS: isenções de serviços e produtos destinados ao exterior
CLÉLIO CHIESA IV – 343
19. A tributação dos serviços de Internet prestados pelos provedores: ICMS ou ISS?
CLÉLIO CHIESA IV – 355
20. ICMS – A denominada substituição tributária “para frente”
CLÉLIO CHIESA IV – 373
21. O ICMS incide sobre os provedores de acesso à Internet
CRISTIANO CARVALHO E EDUARDO JOBIM IV – 407
22. O ICMS por dentro
CYRO GALVÃO DO AMARAL IV – 425
23. O mecanismo de substituição tributária do ICMS na indústria do petróleo e gás natural
DIOGO PIGNATARO DE OLIVEIRA E KEISSON
CHRISTIANO JERÔNIMO DA SILVA IV – 433
24. Da imposição do ICMS por “estimativa”: sua ilegitimidade
EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL IV – 453
25. O polêmico ICMS na importação. Outros pontos relevantes
EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL IV – 465
26. Exclusão do ICMS na aquisição de bens das entidades escolares sem fins lucrativos
EDUARDO MUNIZ MACHADO IV – 489

	Vol. - Pág.
27. O ICMS e a delegação de competência legislativa ao Confaz	
FERNANDO FACURY SCAFF	IV – 501
28. O ICM e as gráficas	
GERALDO ARRUDA	IV – 511
29. Imposto sobre circulação de mercadorias e imposto sobre serviços	
GERALDO ATALIBA E CLEBER GIARDINO	IV – 515
30. O conflito de competência exonerativa em matéria de ICMS: uma abordagem político-jurídica sobre a “guerra fiscal” na Federação Brasileira	
GUSTAVO F. CAVALCANTI COSTA	IV – 533
31. Empréstimo com garantia do ICM	
HELY LOPES MEIRELLES	IV – 551
32. O Mercosul e a uniformização dos impostos sobre circulação de mercadorias	
HERON ARZUA	IV – 565
33. Antecipação de receita do ICMS	
HUGO DE BRITO MACHADO E HUGO DE BRITO MACHADO SEGUNDO	IV – 575
34. Da inconstitucionalidade dos decretos concessivos de incentivos fiscais em ICMS	
IVAN LUIZ DA SILVA.....	IV – 589
35. Extração de minérios	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	IV – 599
36. O princípio da não-cumulatividade na Constituição Federal	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	IV – 615

Vol. - Pág.

37. O princípio da não-cumulatividade do ICMS à luz do artigo 155, § 2.º, I, e da Lei Complementar 87/96, artigos 19 e 20
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS IV - 635
38. A hipótese de imposição do ICMS - Constitucionalidade do Acordo Coletivo de Regime Especial 1/98 do Distrito Federal
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS IV - 651
39. O princípio da não-cumulatividade na Constituição - Impossibilidade de seu afastamento por legislação infraconstitucional
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS IV - 675
40. A hipótese de imposição do ICMS nas operações com energia elétrica
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS IV - 703
41. Constituição Federal. Definição de competências. Locação de bem estrangeiro. *Leasing* financeiro. Imposição de ICMS na importação de bens e mercadorias
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS IV - 723
42. A regra-matriz do ICMS e sua incidência sobre os serviços de comunicação
JOÃO DAMASCENO BORGES DE MIRANDA IV - 757
43. O ICM e as cooperativas de produção, compras em comum e consumo
JOSÉ DE CAMPOS MELO IV - 765
44. O critério de rateio entre os municípios do ICMS gerado pelas usinas hidroelétricas, segundo o art. 158, IV e parágrafo único, da CF
KIYOSHI HARADA IV - 773
45. Não-cumulatividade do ICMS e bens destinados ao ativo permanente
LEONEL CESARINO PESSOA IV - 777

	Vol. – Pág.
46. Centralização de livros fiscais relativos ao ICM	
LUIZ GASTÃO PAES DE BARROS LEÃES	IV – 795
47. ICMS – Operações com destino à Zona Franca de Manaus – Interpretação do art. 40 do ADCT – Caráter conservativo e caráter dinâmico	
MARCO AURÉLIO GRECO	IV – 805
48. ICMS – Base de cálculo	
MARCO AURÉLIO GRECO	IV – 829
49. ICMS – Semi-elaborados	
OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO	IV – 859
50. ICMS – Fato gerador da importação de bens por pessoa física	
OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO	IV – 865
51. O regime monofásico passível de ser implementado no ICMS sobre combustíveis e lubrificantes a partir do advento da EC 33/2001	
RAFAEL CÉSAR COÊLHO DOS SANTOS	IV – 869
52. Não incidência do ICMS sobre serviço de caixa postal/ correio de voz	
RENATO NUNES	IV – 897
53. Impôsto sôbre circulação de mercadorias	
RUY BARBOSA NOGUEIRA	IV – 905
54. ICM e ISS	
RUY BARBOSA NOGUEIRA	IV – 915
55. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	
RUY BARBOSA NOGUEIRA	IV – 927
56. Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços	
SYLVIO CÉSAR AFONSO	IV – 941

Vol. - Pág.

57. ICMS – Instituição e ampliação da substituição tributária com antecipação do fato gerador via decretos/convênios
THIAGO DE MATTOS MARQUES IV – 963
58. Necessidade de estorno proporcional do crédito de ICMS nas hipóteses de redução da base de cálculo
THIAGO LUIZ FERREIRA IV – 985
59. ICMS – Lei Complementar 87/1996
VITTORIO CASSONE IV – 1027
60. O ICMS e o ativo fixo das empresas
WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI IV – 1041
61. ICMS – Transporte de passageiros por ônibus, pelo sistema de fretamento e turismo
WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI IV – 1051
62. O ICMS e o cálculo “por dentro”
WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI IV – 1057
63. A incidência do ICMS sobre os insumos usados na impressão de jornais, revistas, livros e periódicos
WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI IV – 1065

CAPÍTULO III IMPOSTO SOBRE A
PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

64. Pedido de reconhecimento de ausência de responsabilidade tributária. Exercício de controle de legalidade pela Procuradoria do Estado. IPVA
FLÁVIA ALMEIDA PITA IV – 1073
65. IPVA – Critério subjetivo de seu comando normativo
PAULO ROBERTO COIMBRA SILVA IV – 1085

CAPÍTULO IV ASPECTOS GERAIS

66. IVA – Federal ou estadual?
 CARLOS JOSÉ WANDERLEY DE MESQUITA..... IV – 1105
67. Receita pública: impostos estaduais
 FERNANDA SILVA TOSE..... IV – 1117
68. Substituição tributária sem fato gerador real
 IVES GANDRA DA SILVA MARTINS..... IV – 1147
69. Disciplina jurídico-tributária das despesas do Comitê
 Paraolímpico com a preparação de atletas
 IVES GANDRA DA SILVA MARTINS..... IV – 1161
70. O Simples federal, os regimes de microempresa estaduais e o
 flagrante desrespeito ao princípio constitucional da não-cumulativid-
 ade no IPI e no ICMS
 JOSÉ JULBERTO MEIRA JUNIOR IV – 1181
71. Impôsto – Transferência do Estado para o Município pela
 Emenda Constitucional n. 5
 THEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI..... IV – 1203

VOLUME V

CAPÍTULO I IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

1. IPTU com objetivos extrafiscais
 EDVALDO BRITO V – 25
2. IPTU: por ofensa a cláusulas pétreas, a progressividade prevista na
 Emenda 29/2000 é inconstitucional
 IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E
 AIRES F. BARRETO V – 43

	Vol. - Pág.
3. A regra matriz do IPTU e sua constitucionalidade	
JOÃO DAMASCENO BORGES DE MIRANDA	V – 77
4. A progressividade do IPTU	
KIYOSHI HARADA	V – 99
5. IPTU – Considerações constitucionais	
ROGÉRIO VIDAL GANDRA MARTINS	V – 107
6. Aspectos controvertidos do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	
SYLVIO CÉSAR AFONSO	V – 115
7. IPTU associado à progressividade fiscal resulta em bitributação	
WERNER NABIÇA COELHO	V – 129

CAPÍTULO II

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

8. ISS – A volta ao passado demonstra a plena constitucionalidade de sua incidência sobre a locação de bens móveis	
ALCIDES DA FONSECA SAMPAIO	V – 151
9. A autonomia municipal e a competência tributária dos municípios para instituir o imposto sobre serviço – ISS	
ANGELO MIGUEL DE SOUZA VARGAS	V – 163
10. Peculiaridades do ISS – Aspectos históricos	
ANTONIO CARLOS NOGUEIRA REIS	V – 185
11. Do regime tributário das atividades de operação de sistemas viários pelas concessionárias com referência ao ISS	
ARNOLDO WALD	V – 201

	Vol. - Pág.
12. A incidência do ISS nos serviços de construção civil	
BERNARDO RIBEIRO DE MORAES	V – 223
13. As atividades da indústria gráfica diante do sistema tributário nacional	
BERNARDO RIBEIRO DE MORAES	V – 237
14. ISS – Base de cálculo	
CARLOS ALBERTO DEL PAPA ROSSI	V – 251
15. ISS: isenção da atividade de construção civil contratada pelo poder público no regime constitucional atual	
EDVALDO BRITO	V – 269
16. ISS: local da prestação do serviço e isenção	
EDVALDO BRITO	V – 287
17. Regra-matriz da incidência do ISS na administração de fundos	
EMERSON VIEIRA REIS	V – 299
18. Impôsto sôbre serviços de qualquer natureza	
EROS ROBERTO GRAU	V – 321
19. O ISS na Constituição de 1988 e na anterior	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	V – 335
20. Fato gerador do ISS. Município com competência impositiva	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	V – 345
21. ISS: imunidade tributária. Bingos promovidos por clubes esportivos	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES	V – 359
22. O ISS e as cooperativas de serviços médicos	
KIYOSHI HARADA	V – 371

	Vol. - Pág.
23. Lei Complementar 100/1999 - Limitação de alíquota (5%) para o Imposto Sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	
MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO	V - 383
24. Critério material do ISS: conteúdo semântico da expressão "definidos em Lei Complementar"	
MARCIO ADRIANO ANSELMO	V - 391
25. A inconstitucionalidade da exigência de ISS sobre as incorporações imobiliárias	
MARCIO BROTTTO DE BARROS E CLÁUDIO DE OLIVEIRA SANTOS COLNAGO	V - 431
26. Tributação do ISS para as sociedades uniprofissionais	
SÉRGIO EDUARDO DANTAS MARCOLINO E VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA	V - 445
27. A incidência do ISS nas operações de arrendamento mercantil financeiro	
THALIS RYAN DE ANDRADE	V - 463
28. O Imposto Sobre Serviços de Comunicação (ISSC), de competência dos Estados e Distrito Federal, e a hipótese do imposto sobre o serviço de transporte de informações	
WERNER NABIÇA COELHO	V - 497

CAPÍTULO III IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

29. Imposto sobre transmissão de bens imóveis	
KIYOSHI HARADA	V - 511
30. Redução de capital - ITBI	
ROQUE ANTONIO CARRAZZA	V - 519

CAPÍTULO IV CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

31. A incidência do PIS e da Cofins sobre o faturamento das empresas de trabalho temporário
ANDRÉ FELIX RICOTTA DE OLIVEIRA V – 553
32. Pis/Cofins: a não-cumulatividade e os tratados internacionais
AROLDO GOMES DE MATTOS V – 569
33. As vicissitudes do crédito previdenciário em face das obrigações acessórias
CARLOS VALDER DO NASCIMENTO V – 585
34. Contribuições previdenciárias. Não-recolhimento
CLÊMERTON MERLIN CLÈVE V – 603
35. Compensação Finsocial/Cofins e mandado de segurança
EDUARDO ARRUDA ALVIM E JAMES MARINS V – 643
36. Incidência da Cofins sobre receitas de sindicatos, associações, federações, confederações de classe e instituições culturais, de ensino ou educação
GERALDO DE CAMARGO VIDIGAL V – 673
37. Prorrogação da CPMF pela Emenda Constitucional 21/1999
HELENO TAVEIRA TÔRRES V – 679
38. A Cofins e as sociedades de profissionais
HUGO DE BRITO MACHADO V – 695
39. A substituição tributária do PIS/Cofins nas operações com derivados de petróleo e álcool carburante
IVAN TAUIL RODRIGUES V – 701

Vol. - Pág.

40. Contribuições sociais - Instituição com inobservância do disposto no art. 146 da CF
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS V - 715
41. A inconstitucionalidade da imposição denominada "Finsocial"
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS V - 737
42. Cofins e PIS - Planejamento tributário. Incompatibilidade entre o sistema tributário brasileiro e eventual norma antielisão
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E
FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA V - 757
43. Compensação de contribuições sociais - Limites em matéria previdenciária
J. E. CARREIRA ALVIM V - 781
44. Natureza jurídica do Finsocial
JOSÉ CARLOS GRAÇA WAGNER V - 807
45. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal da contribuição para a Seguridade Social
JOSÉ SOUTO MAIOR BORGES V - 851
46. Cobrança da CPMF
KIYOSHI HARADA V - 875
47. PIS e Cofins - Isenções nas vendas para a Zona Franca de Manaus
MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO V - 883
48. Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF - Da inconstitucionalidade da exação
MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ V - 907

49. Contribuição social sobre o lucro – Majorações de alíquota para instituições financeiras
MARISTELA MIGLIOLI SABBAG V – 915
50. Anotações ao crime de não recolhimento de contribuições previdenciárias
NEY DE BARROS BELLO FILHO V – 933
51. A não-cumulatividade da Cofins e da Contribuição ao PIS
PAULO CAMARGO TEDESCO E BRUNO MACIEL
DOS SANTOS V – 967
52. COFINS nas operações com imóveis e empresas construtoras
SACHA CALMON NAVARRO COELHO V – 981
53. É inconstitucional a CPMF?
YOSHIKI ICHIHARA V – 987

CAPÍTULO V OUTRAS CONTRIBUIÇÕES E CONSIDERAÇÕES

54. Os tributos e contribuições incidentes nas operações das cooperativas
ARNALDO RIZZARDO V – 1001
55. A contribuição para o Senac e as prestadoras de serviços
ARNOLDO WALD V – 1049
56. A natureza jurídica tributária das contribuições para o seguro DPVAT
CLÁUDIO DE OLIVEIRA SANTOS COLNAGO V – 1077
57. CIP – Contribuição de Iluminação Pública: natureza jurídica
EDVALDO BRITO V – 1121

	Vol. - Pág.
58. Inconstitucionalidade da contribuição parafiscal para custeio de sistemas de saúde de Estados-Membros e Municípios	
ELIEZER PEREIRA MARTINS	V - 1145
59. Salário-educação	
KIYOSHI HARADA	V - 1161
60. Breves reflexões acerca da competência tributária municipal	
MARCO ANTONIO FERREIRA MACEDO	V - 1171
61. Inconstitucionalidade do art. 3.º da Emenda Constitucional 29/2000	
MIGUEL REALE	V - 1179
62. Processo administrativo tributário - O sistema recursal vigente no Município de São Paulo	
SÉRGIO LUÍS PETRASSO CORRÊA	V - 1185
63. Contabilidade municipal. Impostos pagos com abatimento. Como devem ser lançados. Comissão do recebedor. Consulta	
WALDEMAR FERREIRA	V - 1211

VOLUME VI

CAPÍTULO I TAXAS

1. O conceito de tributo, impôsto e taxa	
ALCIDES JORGE COSTA	VI - 25
2. As taxas no direito tributário brasileiro	
CARLOS ALBERTO DE MORAES RAMOS FILHO	VI - 37

3. Uma reforma tributária para o município: as taxas, especialmente a de iluminação pública	
EDVALDO BRITO	VI – 55
4. Taxas – Exercício regular de poder de polícia	
GILBERTO DE ULHÔA CANTO	VI – 83
5. A taxa judiciaria	
J. M. DE AZEVEDO MARQUES	VI – 109
6. Taxa decorrente do poder de polícia	
RUY BARBOSA NOGUEIRA	VI – 117
7. Taxas no sistema tributário brasileiro	
YOSHIAKI ICHIHARA	VI – 133
8. Sujeito passivo das taxas	
ZELMO DENARI	VI – 147

CAPÍTULO II CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

9. Contribuição de melhoria	
ANTÔNIO CHAVES	VI – 157
10. Inconstitucionalidade do uso de ação civil pública para defesa de direitos individuais disponíveis e divisíveis	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	VI – 165
11. Contribuição de melhoria	
PEDRO JORGE MEDEIROS	VI – 191
12. A contribuição de melhoria e seu perfil no direito brasileiro	
ROGÉRIO VIDAL GANDRA DA SILVA MARTINS	VI – 199

	Vol. - Pág.
13. Contribuição de melhoria	
THEMÍSTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI	VI - 211
14. Perfil da contribuição de melhoria	
YOSHIAKI ICHIHARA	VI - 219
 CAPÍTULO III NORMA ANTI-ELISÃO 	
15. As normas anti-elisão e o planejamento tributário	
ANA MARIA GOFFI FLAQUER SCARTEZZINI	VI - 231
16. A elisão tributária e a interpretação econômica	
AURÉLIO PITANGA SEIXAS FILHO	VI - 249
17. Análise técnica da alteração introduzida pela Lei Complementar 104 no art. 116 do CTN	
CRISLEY DE SOUSA FEITOZA	VI - 261
18. O parágrafo único do art. 116 do CTN à luz dos conceitos de elisão fiscal e evasão fiscal	
FÁBIO ZYLBERT	VI - 291
19. Elisão e evasão fiscal	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	VI - 299
20. Auto de infração objetivando desconsiderar planejamento tributário realizado com pleno respeito às leis tributárias e comerciais, lavrado antes da LC 104/2001	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	VI - 321
21. Elisão fiscal	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E PAULO LUCENA DE MENEZES	VI - 343
22. Elisão fiscal e teoria do direito	
LEONEL CESARINO PESSÔA	VI - 365

CAPÍTULO IV
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

23. Responsabilidade tributária. Adquirente de bens em hasta pública. Créditos tributários e trabalhistas
AGOSTINHO TOFFOLI TAVOLARO..... VI – 381
24. Responsabilidade tributária dos sócios. Inteligência do inc. VII do art. 134 e do inc. III do art. 135, ambos do CTN
ALLISON GARCIA COSTA VI – 397
25. A inconstitucionalidade da responsabilidade tributária criada pela Lei 8.620/1993
ANDRÉ ANTONIO A. DE MEDEIROS VI – 407
26. Responsabilidade tributária. Cisão parcial e o art. 132 do CTN
FÁBIO PALLARETTI CALCINI VI – 423
27. O responsável tributário e a sujeição passiva na execução fiscal
GELSON AMARO DE SOUZA VI – 437
28. Medida cautelar fiscal – Responsabilidade tributária do sócio-gerente (CTN, art. 135)
HUMBERTO THEODORO JÚNIOR..... VI – 453
29. Inexistência de responsabilidade tributária de sócio minoritário de empresa de auditoria, sem qualquer participação em decisões da sociedade e sem qualquer atuação na mesma
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS VI – 473
30. Substituição tributária sem ocorrência de fato gerador
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS VI – 499
31. Responsabilidade tributária – Conselho de administração que não praticou atos de gestão
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS VI – 523

	Vol. - Pág.
32. A responsabilidade tributária dos sócios em face do novo direito privado	
MARCUS ABRAHAM	VI – 541
33. A responsabilidade solidária em direito tributário	
MAREN GUIMARÃES TABORDA.....	VI – 569
34. Responsabilidade tributária dos sócios e o lançamento	
MARIA ANTONIETA LYNCH E SAULO DE TARSO	
MUNIZ DOS SANTOS.....	VI – 603

CAPÍTULO V SIGILO BANCÁRIO

35. Direito de privacidade em matéria tributária	
ANDRÉ PORTELLA.....	VI – 623
36. A Secretaria da Receita Federal e o sigilo fiscal	
ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES	VI – 667
37. A inviolabilidade do sigilo de dados e o dever de informar ao Fisco	
ANTONIO CARLOS NOGUEIRA REIS	VI – 685
38. O sigilo bancário no projeto de lei complementar de reforma do sistema financeiro e na Lei Complementar 70	
ARNOLDO WALD	VI – 695
39. Sigilo bancário e o direito à liberdade	
HAMILTON DIAS DE SOUZA	VI – 715
40. Sigilo bancário em matéria fiscal	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS.....	VI – 725
41. O sigilo bancário no ordenamento jurídico brasileiro	
JOSÉ AUGUSTO DELGADO	VI – 741

	Vol. - Pág.
42. Considerações sobre o sigilo bancário	
JOSÉ PAULO BALTAZAR JUNIOR	VI – 789
43. O Refis e a quebra do sigilo bancário	
PAULO QUEZADO E ROGÉRIO LIMA	VI – 823
44. Pode o Fisco, por autoridade própria, quebrar o sigilo bancário do contribuinte?	
ROGÉRIO LIMA	VI – 833
45. Sigilo bancário	
TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR.....	VI – 847

CAPÍTULO VI TRATADO INTERNACIONAL

46. A tributação internacional no século XXI	
AGOSTINHO TOFFOLI TAVOLARO.....	VI – 867
47. Tributação de lucros no exterior	
ANTONIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL E DOUGLAS YAMASHITA	VI – 881
48. O sigilo bancário e fiscal à luz do direito à privacidade e hipóteses de relativização	
BRUNO CÉSAR LORENCINI	VI – 907
49. O princípio da igualdade de tributação no comércio internacional	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS.....	VI – 935
50. Orientação da União para não-pagamento de imposto de renda antes de processo de privatização e ação fiscal posterior à privatização	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS.....	VI – 959

	Vol. - Pág.
51. A integração do Mercosul através do imposto do valor agregado IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	VI – 983
52. Os acordos de bitributação do Brasil LUIZ GUILHERME DE A. V. LOUREIRO	VI – 1001
53. A OCDE e os novos paradigmas no combate aos paraísos fiscais MÁRCIO ADRIANO ANSELMO	VI – 1015
54. Tributação do comércio eletrônico no plano internacional MAURO JOSÉ SILVA	VI – 1043
55. Possibilidade jurídica da concessão de isenções de tributos estaduais e municipais por intermédio de tratado internacional SERGIO ANDRÉ R. G. DA SILVA.....	VI – 1053

CAPÍTULO VII ASPECTOS GERAIS

56. Preços de transferência, planejamento tributário e lucro DRÁUSIO VIOTTI FERREIRA, FLÁVIO VALLADÃO FLORES HEHL GLETTE, SÍLVIO HIROSHI NAKAO E TATIANA ALBANEZ	VI – 1069
57. Planejamento tributário FRANCISCO JOSÉ MARQUES SAMPAIO	VI – 1091
58. Tratamento tributário das atividades de apoio marítimo através de contratos de afretamento de embarcações – Parecer IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	VI – 1099

	Vol. - Pág.
59. Tributos com fins ambientais	
JOSÉ CASALTA NABAIS	VI – 1143
60. A taxa Selic e o art. 406 do CC/2002	
MARCOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA.....	VI – 1179
61. Impôsto único - Regime jurídico - Tributação dos combustíveis gasosos de qualquer natureza	
RUY BARBOSA NOGUEIRA E MIGUEL REALE	VI – 1223

VOLUME VII

CAPÍTULO I PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. Decisão administrativa. Efeitos e revogabilidade. Coisa julgada. Limites objetivos em matéria fiscal	
ANTÔNIO ROBERTO SAMPAIO DÓRIA	VII – 25
2. Apresentação de novas razões de defesa no processo administrativo fiscal	
CÉLIO ARMANDO JANCZESKI	VII – 53
3. A execução fiscal administrativa e o devido processo legal	
FRANCISCO DE BARROS E SILVA NETO	VII – 65
4. Processo administrativo tributário - Nulidades	
JOSÉ EDUARDO SOARES DE MELO	VII – 75
5. Algumas reflexões sobre a consulta em matéria fiscal	
LUÍS EDUARDO SCHOUEIRI	VII – 83
6. Processo administrativo tributário do Estado de São Paulo	
LUIZ FERNANDO MUSSOLINI JÚNIOR.....	VII – 115

Vol. - Pág.

7. Processo tributário administrativo – Alguns aspectos relevantes
RAFAEL JAYME TANURE VII – 139

CAPÍTULO II EXECUÇÃO FISCAL

8. Do sistema inaugurado pela Lei 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais)
ARRUDA ALVIM VII – 153
9. Da aplicabilidade das inovações trazidas pela Lei 11.382/2006 ao feito executivo fiscal
CARLOS FONSECA MONNERAT E
MARCOS NEVES VERISSIMO VII – 167
10. Dívida ativa da União – Cobrança judicial nas comarcas do interior
CID HERÁCLITO DE QUEIROZ VII – 191
11. Apontamentos sobre a execução fiscal
CLITO FORNACIARI JÚNIOR..... VII – 205
12. A execução fiscal diante da nova disciplina da execução cível
FLÁVIA ALMEIDA PITA VII – 245
13. O redirecionamento da execução fiscal contra os sócios da pessoa jurídica
FRANCISCO GLAUBER PESSOA ALVES VII – 279
14. Ação fiscal e processo fiscal – Lei de Anistia
GERALDO ATALIBA VII – 295
15. A cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública segundo a Lei 6.830, de 22.09.1980
HUMBERTO THEODORO JÚNIOR..... VII – 327

Vol. – Pág.

16. Alguns problemas pendentes de solução após a reforma da execução dos títulos extrajudiciais (Lei 11.382/2006)
 HUMBERTO THEODORO JÚNIOR..... VII – 349
17. Novos aspectos da execução fiscal (Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980)
 JOSÉ AUGUSTO DELGADO VII – 379
18. Exceção de pré-executividade e a execução fiscal
 JOSÉ VILAÇO DA SILVA..... VII – 391
19. Da execução fiscal contra os diretores e contra a sociedade, à luz da responsabilidade perante o Código Tributário Nacional
 LEON FREJDA SZKLAROWSKY VII – 399
20. A execução fiscal e as recentes alterações do Código de Processo Civil
 LEON FREJDA SZKLAROWSKY VII – 417
21. Considerações acerca das principais alterações no processo de execução de título extrajudicial trazidas pela Lei 11.382/2006 e seus reflexos perante a Lei de Execuções Fiscais
 MÁRCIO HENRIQUE MENDES DA SILVA, THIAGO
 PUCCI BEGO E DANILO MENDES SILVA DE
 OLIVEIRA VII – 429
22. Execução fiscal e princípio da paridade de tratamento das partes
 NELSON LUIZ PINTO VII – 473

CAPÍTULO III MEDIDAS DE URGÊNCIA

23. Concessão de liminares contra a Fazenda Pública
 ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA..... VII – 481

	Vol. - Pág.
24. A medida cautelar fiscal: o bem de família e os privilégios da Fazenda	
DEJALMA DE CAMPOS.....	VII - 487
25. A tutela antecipatória contra a Fazenda Pública no processo tributário	
DJALMA ANDRELINO NOGUEIRA JÚNIOR.....	VII - 495
26. Tutela antecipada em face da Fazenda Pública para recebimento de verbas de cunho alimentar	
DORIVAL RENATO PAVAN E CRISTIANE DA COSTA CARVALHO	VII - 511
27. As tutelas de urgência e o poder público - Algumas considerações sobre a LC 104/2001	
EDUARDO ARRUDA ALVIM.....	VII - 559
28. Tutela de urgência e Fazenda Pública	
EDUARDO TALAMINI.....	VII - 581
29. A antecipação da tutela inibitória em face da Fazenda Pública e o destinatário das medidas coercitivas	
ELMER DA SILVA MARQUES E LUIZ FERNANDO BELLINETTI	VII - 611
30. A tutela antecipada em face da Fazenda Pública, seu perfil contemporâneo (tendências jurisprudenciais) e a necessidade de uma hermenêutica que lhe atribua efetividade	
FRANCISCO GLAUBER PESSOA ALVES	VII - 637
31. Tutela judicial cautelar suspensiva da exigibilidade do crédito tributário	
HUGO DE BRITO MACHADO	VII - 679

CAPÍTULO IV OUTROS ASPECTOS PROCESSUAIS

32. Algumas questões decorrentes do princípio do devido processo legal tributário, inclusive, e ainda, sobre o depósito prévio recursal administrativo-fiscal	
ALBERTO NOGUEIRA JÚNIOR.....	VII - 693

	Vol. - Pág.
33. Anotações sobre a chamada coisa julgada tributária	
ARRUDA ALVIM	VII – 709
34. Dívida ativa tributária e os títulos hábeis para a inscrição	
AURÉLIO PITANGA SEIXAS FILHO	VII – 719
35. Decisões judiciais e tributações	
CESAR ASFOR ROCHA	VII – 727
36. A ação rescisória. Compreensão e abrangência. Conseqüências em matéria tributária. A jurisprudência do STJ e do STF	
CLEIDE PREVITALI CAIS	VII – 739
37. Ação declaratória de imunidade tributária	
DONALDO ARMELIN	VII – 797
38. Devido processo legal judicial – Enfoque tributário do princípio	
EDUARDO ARRUDA ALVIM	VII – 811
39. Ausência de apelação da Fazenda Pública, acórdão proferido em julgamento do reexame necessário e o cabimento de recurso especial	
FABIANO CARVALHO	VII – 827
40. Exceção de pré-executividade fiscal	
FELIPE LUIZ MACHADO BARROS	VII – 843
41. O sistema dos precatórios e a efetividade do processo	
FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS	VII – 853
42. Execução fiscal e ação anulatória	
HUGO DE BRITO MACHADO	VII – 877
43. O prazo para impetração do mandado de segurança em matéria tributária	
HUGO DE BRITO MACHADO	VII – 885

	Vol. - Pág.
44. Impetração preventiva em matéria tributária	
HUGO DE BRITO MACHADO	VII – 903
45. Prerrogativas processuais da Fazenda Pública e princípio da isonomia	
IVANI CONTINI BRAMANTE	VII – 917
46. Ação civil pública e os direitos do contribuinte	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	VII – 939
47. Ação de consignação em pagamento em matéria tributária	
JAMES MARINS	VII – 951
48. O Código Tributário Nacional na visão do STJ – Súmulas e julgados em matéria fiscal	
JOSÉ DE JESUS FILHO	VII – 977
49. Cobrança da dívida ativa da União nas comarcas do interior	
LEON FREJDA SZKLAROWSKY	VII – 997
50. Execução contra o Poder Público	
MARCELO LIMA GUERRA	VII – 1009
51. Denúncia espontânea em direito tributário	
MARCUS DE FREITAS GOUVÊA	VII – 1035
52. Mandado de segurança contra ato judicial em matéria tributária	
MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES	VII – 1069
53. O princípio <i>solve et repete</i> e a natureza jurídica do depósito previsto no art. 38 da Lei 6.830/1980 (e dos demais depósitos judiciais em matéria tributária)	
R. REIS FRIEDE	VII – 1075

54. A execução contra a Fazenda Pública na Justiça do Trabalho
 RODOLFO PAMPLONA FILHO E
 TÁRSIS SILVA DE CERQUEIRA..... VII – 1089
55. Os precatórios
 ROMEU GIORA JUNIOR..... VII – 1147
56. Coisa julgada e orientação fiscal
 RUY BARBOSA NOGUEIRA VII – 1161
57. Da impossibilidade jurídica de ação rescisória de decisão anterior à
 declaração de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal
 no Direito Tributário
 SACHA CALMON NAVARRO COELHO VII – 1181
58. Os precatórios judiciais, a Emenda Constitucional 30/2000 e o
 poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora
 SANDRO GILBERT MARTINS E SANDRO
 VICENTINI VII – 1199
59. Aspectos processuais da ilegitimidade passiva e da responsabilidade
 dos sócios-gerentes de sociedades limitadas nas execuções fiscais
 TIAGO BANA FRANCO VII – 1219

VOLUME VIII

CAPÍTULO I PRINCÍPIOS GERAIS

1. Penas e medidas de segurança adequadas aos delitos tributários
 ADALBERTO JOSÉ QUEIROZ TELLES DE CAMARGO
 ARANHA..... VIII – 25

Vol. - Pág.

2. Notas para uma correta interpretação e aplicação das alterações penais das Leis 9.268 e 9.269/1996
ANTONIO CLAUDIO MACEDO DA SILVA..... VIII – 37
3. Crimes contra a ordem tributária
CÉSAR DE FARIA JÚNIOR VIII – 45
4. A representação penal e os crimes tributários: reflexão sobre o art. 83 da Lei 9.430/1996
DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO VIII – 57
5. Derecho penal económico: delitos tributarios. Propuestas para un derecho penal tributario respetuoso de los principios y garantías penales
DIEGO GUSTAVO BARROETA VEÑA..... VIII – 73
6. O término do processo administrativo-fiscal como condição da ação penal nos crimes contra a ordem tributária
FABIO MACHADO DE ALMEIDA DELMANTO VIII – 109
7. Crime contra a ordem tributária
FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO..... VIII – 133
8. Ilícito tributário
HUGO DE BRITO MACHADO VIII – 141
9. Prévio esgotamento da via administrativa e ação penal nos crimes contra a ordem tributária
HUGO DE BRITO MACHADO VIII – 155
10. Crimes contra a ordem tributária
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS..... VIII – 169
11. A procedibilidade penal à luz da Lei 9.430/1996
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS..... VIII – 201
12. Penalidades fiscais e consolidação anual da legislação tributária
JÚNIO TORRES..... VIII – 211

13. Crimes contra a ordem tributária e persecução penal
LEÔNIDAS RIBEIRO SCHOLZ VIII – 231
14. Acusações genéricas, responsabilidade penal objetiva e culpabilidade nos crimes contra a ordem tributária
LUIZ FLÁVIO GOMES VIII – 243
15. Prévio exaurimento da via administrativa e crimes tributários
LUIZ FLÁVIO GOMES E ALICE BIANCHINI VIII – 255
16. Reflexões sobre os crimes tributários
LUIZ RENATO PACHECO CHAVES DE OLIVEIRA..... VIII – 287
17. Direito penal tributário – Observações de aspectos da teoria geral do direito penal
LUIZ VICENTE CERNICCHIARO VIII – 315
18. Notas à legislação sobre crimes fiscais
MARCO AURÉLIO GRECO VIII – 329
19. Alguns aspectos ainda controvertidos relativos aos delitos contra a ordem tributária
MISABEL ABREU MACHADO DERZI..... VIII – 357
20. Direito penal administrativo e ilícito fiscal
RICARDO ANTUNES ANDREUCCI VIII – 377
21. Dos crimes contra a ordem tributária: definição do tributo e formação do tipo
RODRIGO OLIVA MONTEIRO VIII – 399
22. O poder de fiscalizar – Ilícito tributário: direito tributário penal (Infrações fiscais – Sanções administrativas)
RUY BARBOSA NOGUEIRA VIII – 441

CAPÍTULO II SONEGAÇÃO FISCAL

23. Omissão de rendimentos presumidos
ARNALDO MALHEIROS FILHO VIII – 451
24. Crimes de sonegação fiscal e os reflexos da discussão
administrativa do débito tributário sobre a ação penal
MARCUS A. MANHÃES BASTOS VIII – 471
25. Criminalização das infrações tributárias
DEJALMA DE CAMPOS VIII – 509
26. CPI da sonegação fiscal. Conclusões do Congresso Nacional
JUTAHY MAGALHÃES E RONAN TITO VIII – 533
27. Sonegação fiscal e os crimes contra a ordem tributária
RUI STOCO VIII – 623
28. Sonegação fiscal – Temas controvertidos
RUI STOCO VIII – 655

CAPÍTULO III FRAUDE

29. A concepção de fraude fiscal e sua sanção
AURÉLIO PITANGA SEIXAS FILHO VIII – 679
30. La calificación del fraude a la ley en el procedimiento de aplicación
de los tributos
EUSEBIO GONZÁLEZ VIII – 687
31. Crimes contra a ordem tributária e a representação fiscal para fins
penais
LAIS VIEIRA CARDOSO VIII – 717

32. O dolo, a fraude e a simulação no lançamento por homologação
MARLO THURMANN GONÇALVES VIII – 741
33. O planejamento tributário e o crime contra a ordem tributária na
atividade do contabilista
SYLVIO CÉSAR AFONSO VIII – 761

CAPÍTULO IV EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

34. Extinção da punibilidade nos crimes contra a ordem tributária
ANDRÉ NABARRETE NETO VIII – 779
35. Crimes contra a ordem tributária – Retroatividade benigna da extinção
da punibilidade prevista no art. 34 da Lei 9.249/1995
ANTÔNIO CARLOS LOVATO VIII – 789
36. Espontaneidade como excludente de punibilidade no
procedimento tributário
GERALDO ATALIBA VIII – 797
37. A extinção da punibilidade nos crimes contra a ordem tributária
GERD W. ROTHMANN VIII – 819
38. Limitações à procedibilidade penal autônoma em matéria tributária
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS VIII – 843
39. Retroatividade ao art. 34 da Lei 9.249/1995 a todas as hipóteses de
crimes contra a ordem tributária
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS VIII – 867

Vol. - Pág.

40. Os crimes contra a ordem tributária e o alcance do art. 34 da Lei 9.249/1995
MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES VIII – 887
41. A extinção da punibilidade nos crimes fiscais e a recente Lei 8.383/1991
ROBERTO DELMANTO E ROBERTO DELMANTO
JUNIOR..... VIII – 897
42. A extinção da punibilidade no parcelamento de contribuições previdenciárias descontadas, por entidades beneficentes de assistência social, dos seus empregados, e não recolhidas no prazo legal. Questões conexas
ROQUE ANTONIO CARRAZZA VIII – 901

CAPÍTULO V OUTROS TEMAS

43. Considerações sobre a natureza jurídica da norma prevista no art. 83 da Lei 9.430/1996
ALOISIO FIRMO GUIMARÃES DA SILVA E PAULO
FERNANDO CORRÊA VIII – 927
44. Responsabilidade penal dos entes coletivos nos crimes contra ordem tributária
ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES VIII – 939
45. Reflexões sobre os crimes econômicos
ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA VIII – 949
46. Apropriação indébita em matéria tributária
CARLOS ALBERTO DA COSTA DIAS VIII – 963
47. Crimes antecedentes e lavagem de dinheiro
ELA WIECKO V. DE CASTILHO VIII – 979

48. Suspensão do processo e da prescrição no âmbito penal diante do parcelamento de débitos tributários e contribuições sociais
ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO VIII – 991
49. Do crime contra a ordem tributária previsto no art. 2.º, II, da Lei Federal 8.137, de 27.12.1990
FÁBIO BELLUCCI, ODMIR FERNANDES, CARMEN
LÚCIA DA SILVA, HENRIQUE RODRIGUERO
CLAVÍSIO E RICARDO CUNHA CHIMENTI VIII – 1005
50. O “Refis” e os crimes de natureza tributária
FABIO MACHADO DE ALMEIDA DELMANTO VIII – 1015
51. A suspensão e o início da contagem do prazo prescricional nos crimes tributários
FABIO MACHADO DE ALMEIDA DELMANTO VIII – 1027
52. O direito humano de não cooperar na própria incriminação, a proteção ao domicílio e a fiscalização tributária
HELOISA ESTELLITA SALOMÃO VIII – 1057
53. Crimes tributários nos Tribunais Superiores
HELOISA ESTELLITA SALOMÃO VIII – 1077
54. Excesso de exação
HUGO DE BRITO MACHADO VIII – 1093
55. O ilícito tributário e o ilícito penal tributário
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS VIII – 1113
56. Crimes sócio-econômicos e crimes fiscais
LEONARDO COELHO DO AMARAL VIII – 1133
57. Crimes contra a ordem tributária e processo administrativo
NÉLSON BERNARDES DE SOUZA VIII – 1177

Vol. - Pág.

58. O ICMS e o delito capitulado no art. 2.º, II, da Lei 8.137/1990. Problemas conexos
ROQUE ANTONIO CARRAZZA VIII - 1191
59. Algumas considerações sobre o crime de apropriação indébita de contribuições previdenciárias, previsto na alínea *d* do art. 95 da Lei 8.212/1991
SÉRGIO ROSENTHAL VIII - 1203

